

O HAITI NÃO É AQUI: A PSICOLOGIA E AS SUTILEZAS DO ACOLHER A IMIGRAÇÃO HAITIANA

HAITI IS NOT HERE: THE PSYCHOLOGY AND SUBTLETIES OF WELCOMING HAITIAN MIGRATION

Adrielle Joventina Ferreira Barroso¹, Weidila Nink Dias²

¹Psicóloga. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. Gestalt Terapeuta pelo Instituto de Gestalt-Terapia de Roraima.

Contato: adrielejoventina47@gmail.com

²Psicóloga. Mestra em Psicanálise pelo Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Centro Universitário São Lucas Porto Velho.

Contato: weidilanink@gmail.com

Editor-associado: Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos

Recebido em: 20/08/2023

ACEITO EM: 28/03/2025

Publicado em: 08/12/2025

Citar: Barroso, A. J. F., & Dias, W. N. (2025). O Haiti não é aqui: a psicologia e as sutilezas do acolher a migração haitiana. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 13(2), 46-59.

Resumo

O presente relato de experiência, proveniente da inserção das autoras em espaços de extensão universitária e de associações compostas por pessoas haitianas, aborda as experiências profissionais vivenciadas por duas psicólogas negras situadas na Amazônia com o intuito de desenvolver uma crítica a respeito da ênfase tecnicista vigente na formação em psicologia. Tais relatos advêm da participação continuada em diferentes atividades dirigidas aos sujeitos haitianos a exemplo de: grupos de escuta, escutas individuais, ensino da língua brasileira e participação em eventos de promoção e valorização da cultura haitiana. Diante disso, são levantadas problematizações acerca de como a vivência haitiana em movimento diaspórico pode ser invisibilizada em virtude de atravessamentos raciais. Finda-se este trabalho com reflexões e inquietações sobre a responsabilidade da psicologia nesse contexto, destacando-se a importância do acolhimento e de uma maior implicação da profissão a esta demanda.

Palavras-chave: migração; Haiti; psicologia; Amazônia.

Abstract

This experience report, coming from the authors' insertion in university extension spaces and associations made up of Haitian people, addresses the professional experiences lived by two black psychologists located in the Amazon with the aim of developing a critique regarding the technical emphasis in force in the Psychology training. Such reports stem from continued participation in various activities aimed at Haitian subjects, such as listening groups, individual counseling sessions, teaching Brazilian Portuguese, and participation in events promoting and valuing Haitian culture. In light of this, questions are raised about how the Haitian experience in diasporic movement can be rendered invisible due to racial intersections. This work concludes with reflections and concerns about the responsibility of psychology in this context, emphasizing the importance of reception and greater involvement of the profession in addressing this demand.

Keywords: migration; Haiti; psychology; Amazon.

Introdução

O presente trabalho apresenta um relato de experiência profissional proveniente da inserção das autoras em espaços de extensão universitária e de associações compostas por pessoas haitianas, que abrangem a escuta afetiva de psicólogas inseridas em movimentos sociais e trabalhos coletivos vinculados ao atendimento às demandas de pessoas migrantes que moram na Amazônia brasileira, notadamente haitianos residentes no município de Porto Velho, Rondônia. No bojo dessa experiência, buscou-se contribuir, por meio da psicologia, com os trabalhos sociais voltados para o referido público, o que possibilitou tensionamentos com os limites e as especificidades da psicologia e suas metodologias de atuação no campo das migrações.

Com base nessa experiência, as autoras, psicólogas negras e amazônicas, propuseram-se a escutar e transitar na psicologia a partir da problematização das possibilidades e impossibilidades do trabalho dessa práxis no contexto migratório. Identificaram, assim, ser necessário desenvolver reflexões apoiadas nos interrogantes que se apresentaram no referido campo, os quais se desdobram, inicialmente, nas seguintes questões, a saber: como as teorias psicológicas construídas em movimentos eurocêntricos podem subsidiar a atuação de psicólogos no contexto das migrações para o território amazônico? Como a psicologia se posiciona frente às demandas daqueles que migram para esse território e tecem, com o contexto de saída do país de origem e com a qualidade da acolhida oferecida, um lugar para si e os seus? Com a presença de tal cenário social, quais psicologias podem se apresentar para sujeitos em deslocamento? Tais questões se constituíram como inquietações, suscitadas pela escuta das narrativas relativas ao percurso migratório de sujeitos oriundos do Haiti.

O território brasileiro é constituído a partir de sucessivos movimentos migratórios, com grupos populacionais que se deslocaram através das fronteiras internas e externas (Cottinguba, 2019). Em meio a tais movimentos, o Brasil instituiu quatro leis migratórias na sua história recente, as quais, como aponta Claro (2020, p. 41), “refletiam o pensamento e o contexto político sobre as migrações internacionais de suas épocas”. Nesse contexto, destacam-se o Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e a Lei de Migração, Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. A primeira operava, por meio do termo *estrangeiro*, com a visão de que o migrante é o *outro*, associado ao *estranho* (Claro, 2020). Na segunda Lei, mais alinhada com os parâmetros internacionais de direitos humanos, o sujeito que migra é visto a partir dos princípios de acolhida e de garantia dos direitos fundamentais. Essas mudanças em termos legislativos foram fundamentais para o reconhecimento da migração e das responsabilidades do Estado diante do sujeito migrante, mediante o estabelecimento dos direitos humanos, assentados nos princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência.

Todavia, tais avanços não foram acompanhados pela preparação dos mecanismos brasileiros para o acolhimento de sujeitos migrantes (Cogo, 2014). As formações acadêmico-profissionais não

abriram espaço para discussão sobre as especificidades do trabalho com populações migrantes. Não foram pensados, no cerne dos equipamentos e das unidades de políticas públicas, espaços para interlocução com as migrações. Assim, em um cenário que se apresenta favorável em função da Lei de Migração, nota-se uma fenda no campo do conhecimento psicológico: como se acolhe a migração?

No caso da psicologia brasileira, o que se verifica é uma exigência crescente de que a formação corresponda ao primado da eficácia técnica (Coelho Junior, 2007). Mediante o enfoque mercadológico e com tantos desafios no que se refere às reflexões críticas sobre as implicações do trabalho, as lacunas, já tão significativas em função da história da psicologia no Brasil (Patto & Frayne-Pereira, 2007; Ribeiro & Soligo, 2020), são acrescidas da fragilidade do preparo para lidar com demandas sociais e políticas tão complexas, como as migrações. Evidentemente, destacam-se algumas experiências que apontam para saídas possíveis, como a apostila na escuta psicológica como ferramenta de integração (Machado et al., 2019), a clínica intercultural (Martins Borges, Jibrin, & Barros, 2015), o serviço de atendimento psicológico especializado aos imigrantes e refugiados (Martins Borges & Pooreau, 2012) e o dispositivo da psicanálise clínico-política (Rosa et al., 2009), além de outras atuações e propostas igualmente relevantes. No entanto, a fragilidade da abrangência dessas experiências, notada no processo formativo das autoras nas instituições em que cursaram psicologia e estiveram inseridas, sinalizam um longo caminho a ser percorrido, sobretudo ao considerar o território amazônico, que é reconhecidamente lugar de trânsito para migrações (Cotinguiba, 2019).

Assim, diante do reconhecimento das especificidades do contexto migratório, constata-se importante lacuna na preparação para fornecer atendimento psicológico e para abordar adequadamente as demandas dos sujeitos envolvidos. Nesse cenário, pretende-se desenvolver, no presente estudo, uma crítica a respeito da ênfase tecnicista vigente na formação em psicologia, a fim de sustentar outra proposta de atuação, capaz de escutar e considerar as sutilezas que se presentificam no desafio do acolher.

Método

Este trabalho se constitui como um relato de experiência pautado nas aproximações com o movimento migratório haitiano provenientes da inserção das autoras enquanto estudantes de psicologia, e posteriormente psicólogas, em espaços de extensão universitária e de associações compostas por pessoas haitianas, tendo como base uma vivência que se desenvolveu desde o ano de 2019 até 2023. Segundo Mussi, Flores e Almeida (2021, p. 65), relato de experiência é “um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção”. Trata-se, nessa perspectiva, de uma modalidade de escrita que busca

abordar as elaborações teóricas, fundamentais na produção do conhecimento, a partir dos desafios impostos pela prática profissional.

Segundo Daltro e Faria (2019), a construção do relato de experiência convoca um resultado que se apresenta *après-coup*, isto é, em um tempo só depois. Para as autoras, isso se dá porque é necessário um tempo de decantação, no qual a experiência poderá ser elaborada. Nesse sentido, o relato de experiência se presta, a um só tempo, a fornecer um relato perlaborado do vivido no campo experiencial e implica, ainda, em “compreender que o discurso está afetado por fatores exteriores, conscientes e inconscientes [vindos] daquele que profere a palavra narrativa e tem potência de contribuição social” (Daltro & Faria, 2019, p. 231). Portanto, inclui, por definição, uma posição metodológica que questiona, nas suas bases, a produção do saber ancorado em uma suposta neutralidade.

Tal prática permite, ainda, sustentar a produção de um saber que reconhece, necessariamente, a subjetividade de relatores que dão testemunho das reflexões, desafios e (im)pertinências do seu trabalho. No presente relato, as autoras apresentam as reflexões derivadas do trabalho com as migrações. Estiveram envolvidas com atuações em diversos campos: escutas psicológicas em grupos e individuais, aulas de português, acolhimento em projetos e ações multiprofissionais, acompanhamentos de ações em políticas públicas socioassistenciais, participação em eventos culturais, dentre muitas outras atividades, desenvolvidas por programas e projetos brasileiros e no Brasil. Vale destacar que nesses espaços não havia atuação de profissionais psicólogos na ocasião da inserção das autoras, sendo necessário, em conjunto com outros e outras profissionais, estruturar propostas orientadas pela psicologia para atender às demandas que se apresentavam.

Assim, a posição metodológica adotada permite questionar os ideais de neutralidade nos quais se sustentam a produção do conhecimento, reconhecendo que a subjetividade do relator influencia o relato e contribui para a produção social de saber. Apresenta-se, por meio deste escrito, as reflexões teórico-práticas que se impunham desde o vivido em campo. Ademais, partindo de uma escrita acerca do vivenciado desde a graduação, através das extensões citadas, cabe pontuar como os processos formativos das autoras, realizados em diferentes instituições, não abrangeu problematizações acerca do acolher o imigrante por meio da psicologia, espelhando as lacunas pontuadas na psicologia brasileira (Coelho Junior, 2007).

Resultados e Discussão

Certamente, a questão migratória figura entre um dos temas mais importantes hoje, especialmente se tomarmos como referência a quantidade de pessoas em deslocamento nas fronteiras nacionais e internacionais dos diversos estados no mundo. Neste cenário, a migração haitiana se destaca como um caso específico com suas próprias particularidades, já que grande parte

da sua população não se encontra no país, formando o que se chama, contemporaneamente, de *dyaspora* haitiana (Joseph, 2015).

No que se refere à vinda para o Brasil, a *dyaspora* haitiana se intensificou desde 2010, principalmente devido ao terremoto que atingiu o Haiti naquele ano, causando uma crise humanitária. A descrição do terremoto como uma "catástrofe natural" é amplamente divulgada, no entanto, esta pode ser questionada, considerando as implicações de uma série de desafios socioeconômicos e ambientais complexos que contribuem para a vulnerabilidade do Haiti (Louidor, 2013). Nesse sentido, é importante reconhecer que fatores sociais desempenham um papel significativo em eventos desse tipo.

Como proposto por Bleichmar (2005), até nas chamadas "catástrofes naturais", os fatores sociais também desempenham um papel, indicando que a abordagem da interseção entre fatores sociais, econômicos e ambientais é relevante, mesmo quando se trata de eventos aparentemente causados por forças naturais. Pode-se questionar, dessa forma, qual é a naturalidade da destruição ambiental ocorrida no Haiti, bem como qual é a relação de sucessivos desastres naturais em tal país.

Compreendendo que países pobres são os mais propensos a sofrerem os impactos de tais eventos, pode-se apontar para a distribuição desigual de riscos ambientais, em que comunidades enfrentam maiores exposições aos impactos decorrentes do racismo ambiental, condição à qual o Haiti é suscetível. Emurge, nessa direção, a noção conceitual de racismo ambiental, identificado como algo que "molda a geopolítica ambiental mundial desde uma geografia dos proveitos e dos rejeitos que transforma os países de baixa ou média renda em quarto de despejo, isto é, em 'lixeiras do mundo' inscritas no capitalismo neocolonial ambientalmente tóxico" (Jesus, 2022, p. 27).

Identifica-se, a partir da perspectiva de Jesus (2022), que o Haiti recebe cotidianamente dejetos de lixos tóxicos de países considerados "evoluídos", mas o mesmo não pode ser dito a respeito de uma ajuda humanitária, que olhe para as problemáticas sociais e ambientais de tal país e atue em sentido de devolver as condições sociais do país. Na verdade, há uma exploração consistente do Haiti, mediante bloqueios econômicos, exploração dos recursos naturais do país e a cobrança extenuante de dívida externa, correspondente à descabida indenização da independência (Figueiredo, 2006; Lôbo, 2017; Louidor, 2013).

Coube ao Haiti, portanto, lidar, sem a ajuda de países ditos emergentes, com a pobreza e a iminência de catástrofes ambientais, como foi o caso mais recente do terremoto em junho de 2023¹. Ainda, com base em Seguy (2015), cabe problematizar o uso do território do país como centro de

¹ É pertinente realçar que, após o terremoto que atingiu o Haiti em janeiro de 2010, outros eventos semelhantes se repetiram, inclusive nos anos mais recentes. Dentre estes destacamos o terrível terremoto que provocou a morte de pelo menos 2.100 pessoas no ano de 2021 (Portal G1, 2021, 19 de agosto) e o abalo sísmico ocorrido no presente ano, que deixou o rastro de ao menos três mortos e mais de vinte feridos (Estado de Minas, 2023, 06 de junho).

experimentações, visto que a comunidade internacional, ao voltar-se para o país apenas com interesses próprios, nega-lhe o olhar humanitário, permitindo a repetição da ocorrência de episódios de violências características de crueldade. Conforme pontua Seguy (2015, p. 522):

Na verdade, tanto o terremoto quanto o cólera são oportunidades que dão maior destaque ao racismo internacional abertamente praticado no Haiti, pois, ao mesmo tempo em que a vida do povo haitiano beira a desumanização quase total, o tipo de vida dos cooperantes internacionais está com o mais indecente luxo (Seguy, 2015, p. 522).

Com base na perspectiva de Seguy (2015), pode-se apontar para a complexidade de tais movimentos na comunidade internacional. Isso porque, acreditamos, parte do desafio de descontar violências ocorridas no Haiti, identificada como uma forma de denúncia do racismo e xenofobia que atinge o país. Mais grave ainda é a consistente ignorância da mídia internacional com relação às condições vividas pela população do país, que propaga imagens atrelando a história do Haiti com a barbárie, e amplia os desafios do acolhimento, pois o não saber pode implicar na inércia e na falta de mobilização com os que aqui buscam refúgio tanto institucional quanto psíquico (Scaramal, 2006).

A migração haitiana para a Amazônia brasileira se intensificou no contexto subsequente ao terremoto de 2010. Muitos sujeitos haitianos chegaram às fronteiras brasileiras e vieram para o norte do país em função da sinalização de trabalho e de condições materiais favoráveis. No ano em que se deu nossa inserção nos projetos de atuação direta com as questões migratórias, 2019, encontramos projetos estruturados, com atividades regulares e continuadas que atendiam correntemente àqueles recém-chegados em solo brasileiro. No início, havia dificuldade de saber como atuar no contexto migratório. Poucos profissionais estavam diretamente vinculados a programas e associações; a falta de proficiência em outro idioma também era um empecilho, assim como a carência de referenciais técnicos e teóricos. Escassos eram os materiais que falavam sobre o papel da psicologia nessa atuação e mais raros ainda eram os que abordavam a atuação da psicologia no contexto amazônico e que acolhessem as especificidades deste território.

Segundo Cotinguiba (2014), a vinda de sujeitos haitianos ao Brasil se motiva com a busca por melhores condições de acesso aos estudos, empregabilidade e liberdade política. No que se refere à idealização do Brasil como um lugar acolhedor, verifica-se que o que se encontra no solo brasileiro são entraves frente à valorização dos conhecimentos e da formação acadêmica, implicando que o maior campo de oportunidades de emprego é destinado aos trabalhos braçais e operacionais (Cividini, 2018; Joseph, 2017). Nota-se que a acolhida é instável, pois se impõem condições para que os sujeitos possam ser acolhidos, sem significar uma aceitação ou integração plena (Barroso, Dias, & Fernandes, 2021).

Ademais, identifica-se que a imposição de condições perpassa a não integralização dos sujeitos em todas as áreas de trabalho, o que permite considerar importante semelhança com a forma como

o sujeito negro é visto no Brasil, isto é, como menos inteligente, menos capaz e subserviente, caricatura disfuncional que infelizmente se expande aos migrantes haitianos e outros sujeitos racializados. As ressonâncias disso se fazem notar na possibilidade de integração na comunidade brasileira.

No caso da migração haitiana, a história e a identidade racializada dos sujeitos são elementos que balizam o acolhimento recebido (Barroso, Dias, & Fernandes, 2021). Assim, desde a entrada em campo identificou-se as fragilidades da formação em psicologia enquanto ciência herdeira de movimentos eurocêntricos. É nesse sentido que Ballestrin (2013) pontua que a migração e a *diáspora* permitem observar as lógicas colonialistas e propor estudos que transpassam esse modelo. Foram marcantes, nesse campo, a percepção da falta de interesse pela língua falada por pessoas migrantes, que deixava a cargo do “acolhido” adequar-se para poder ter acesso aos mínimos direitos, como uma escuta sensível em uma extensão voltada para imigrantes.

Outrossim, é notável o despreparo teórico e epistemológico, no que se refere ao campo formativo da psicologia, para escutar sujeitos em processos de deslocamento e mudança de língua e país. Isso se soma ao crítico despreparo para escutar e reconhecer os afetos suscitados nos contextos em que as hostilidades e violências decorrentes de racismo se expressam por meio de movimentos sutis, quase inaudíveis. Dito isso, foi necessário exercer uma escuta psicológica pautada na sutileza do não dito, mas encenado, mimetizado.

Pegamos emprestado o conceito de sutileza para explicar melhor o que foi possível sustentar no nosso campo de atuação, visto que, por definição, util é “uma característica daquilo que é composto de partes delgadas, tênues” (Significados, n. d.)². Ao empregarmos esse termo, aludimos a fineza com que operam algumas violências e às condições de escuta em que era possível captar algo vivido pelos sujeitos, em que não mais cabia somente às sensações auditivas escutar, mas aos afetos suscitados no nosso próprio corpo, na nossa própria experiência ao encontro do outro tão semelhante. Logo, ouvir vivências atravessadas por violências vividas no processo de *diáspora* necessita de uma escuta que se debruce inicialmente nessa perspectiva, para que o entendimento seja possível e a aproximação facilitada. Nesse caso, se faz necessário ampliar o olhar profissional para as diversas violências que começam a ocorrer antes mesmo do movimento migratório, pensando ainda como podem ser acentuadas quando o lugar acessado é um país que tem como centro a violência racial em todos os âmbitos.

Um aspecto identificado como sutileza é o fato de que a cultura do Haiti e da população haitiana em *diáspora* é negada no território brasileiro, o que não acontece, necessariamente, de forma

² Significados (n. d). Significado de util. Significados.

<https://www.significados.com.br/sutil/#:~:text=0%20que%20%C3%A9%20util%3A,delicadeza%2C%20algo%20meigo%2C%20suave>

explícita, mas apresenta-se por meio da identificação dos elementos socioculturais, como a língua haitiana, a experiência religiosa do Vodou Haitiano, e outros componentes da cultura do Haiti lidos de formas pejorativas e realocados socialmente à margem por não se adequarem ao ideal de brancura no Brasil. Exemplo disso é a prática do vodu ser escondida pela comunidade haitiana no Brasil, como demonstra Staudt (2018) e Silva (2017). Alude-se aqui à recusa massiva em se abrir para as possibilidades de conhecer o outro enquanto tal e, não obstante, conhecer as potencialidades que a cultura do Haiti pode trazer. O que se nota, ao invés disso, é a perpetuação de estereótipos xenofóbicos de que migrantes haitianos são agressivos, roubam trabalhos e outros absurdos sustentados em falácias racistas.

Outro movimento que pode ser identificado nesse contexto é a incitação de silenciamento da cultura de origem aos sujeitos em fluxo migratório, posto que o entendimento de acolhida de brasileiros parece ser uma troca: se te acolho, você há de renunciar ao que foi vivido anteriormente, não cabendo a necessidade de trazer signos do seu país de origem. Estes episódios podem ser vistos como movimentos tão sutis que dificultam o entendimento de que tais situações sejam violências. Como explicita Nogueira (2017, p. 124), é “justamente porque o racismo não se formula explicitamente, antes sobrevive num devir interminável como uma possibilidade virtual, que o terror de possíveis ataques [...] por parte dos brancos cria para o negro uma angústia que se fixa na realidade exterior e se impõe inexoravelmente”. É possível pensar em maior expressão de violência do que a imposição da condição de ter que silenciar memórias de onde viemos? Como construir algo renunciando ao que é tão vital para nossa humanidade? Não conseguimos responder.

Pensando ainda nas possibilidades de integração de sujeitos haitianos em percurso diaspórico na comunidade brasileira, notamos em campo que tal movimento se coloca geralmente como impossibilidades, haja vista a ideia sustentada sobre pessoas de pele preta, uma vez que vivemos em um país antinegro (Veiga, 2015). Como exemplo marcante dessa impossibilidade pela cor da pele preta e suas respectivas características, que compartilhamos com sujeitos haitianos, rememoramos aqui a escuta de uma mulher haitiana que não conseguia empregabilidade para lecionar aulas de francês, mesmo que tivesse formação acadêmica que a qualificasse para tal área e que falasse fluentemente a língua; em diversas entrevistas, ao ser vista, era considerada como não qualificada.

Diante da narrativa produzida pela mulher supracitada, foi possível problematizar o que se impõe para a falta de condições de acolher mesmo os sujeitos mais bem qualificados. De acordo com Souza (2021, p. 43), “a violência racista pode submeter o sujeito negro a uma situação cuja desumanidade nos desarma e deixa perplexos. Seria difícil encontrar o adjetivo adequado para nomear essa odiosa forma de opressão”. É que o corpo chega primeiro, e no Estado racista em que nos encontramos, que faz espelhamento ao racismo do país, certas qualificações exigem determinadas

brancuras, submetendo sujeitos racializados à escassez e fazendo um esforço sobre-humano para relegá-los a tais espaços de forma contundente a partir da semiótica de que esse é único lugar possível. Pensamos aqui que perplexidade é um adjetivo que permite caracterizar e nomear a violência racista, pois a destituição de pedaços da humanidade representa um estado de perplexidade.

No caso elencado acima, a sujeita da narrativa parecia em tal estado ao compreender aos poucos que não importavam suas qualificações, os diplomas em diversas línguas, o tempo empregado em estudos e a boa fluência e escrita: a mensagem passada pela população brasileira e, mais especificamente, do estado de Rondônia, era que, mediante as insígnias trazidas na sua pele, na sua nacionalidade e na sua condição de *diáspora*, seu lugar não era em frente a uma sala de aula. No máximo, poderia ser nos fundos.

Despontam como indícios não só do processo de desassistência do ponto de vista sociocultural, mas das dificuldades encontradas no reconhecimento, que pode incidir em sofrimento psíquico e padecimento. E nisso, a psicologia carrega sua responsabilidade, pois, diante de um cenário em que a neutralidade é efetivamente uma produtora de desmentidos (Gondar, 2012), o ideal de neutralidade da formação em psicologia se mostra como um instrumento de manutenção de restrições na acolhida.

Essa postura “resulta, por essa via, num discurso científico que fala sobre os oprimidos, a partir de procedimentos que supostamente permitem conhecê-los de modo objetivo e neutro, e os silencia” (Patto & Frayne-Pereira, 2007, p. 12). Sobre isso, sabemos: “a pretensão de neutralidade política é, ela própria, uma posição política” (Patto & Frayne-Pereira, 2007, p. 14). Ademais, uma posição política que, ao corroborar uma ideia de neutralidade que privilegia a branquitude, possibilita a continuidade de silenciamento de Outridades marginalizadas, como imigrantes haitianos.

Trazemos alguns exemplos de movimentos de silenciamentos sofisticados, como a recusa em ouvir sobre a cultura, sob a ideia de que para se adaptar é preciso renunciar ao que foi vivido. Ou, observar que dentro de uma graduação de psicologia pautada na escuta não se conhece os processos migratórios, incidindo na dificuldade de ouvir – e de deixar o outro falar. Há de se questionar a manutenção de tais silenciamentos simbólicos, nos quais se legitima uma escuta eurocêntrica, implicando na mudez contínua de uma língua, uma cultura, uma vida que deveria ser celebrada. Sobre isso, rememoramos Kilomba (2019) quando fala sobre a boca, esse órgão que representa a fala. A autora discorre que:

No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem – e precisam – controlar e, consequentemente, o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado. Nesse cenário específico, a boca também é uma metáfora para a posse (Kilomba, 2019, p. 33).

Kilomba (2019) faz uso da imagem de uma moça negra escravizada que está com uma mordaça na boca para suscitar no leitor a literariedade do que se explica atrelada ao simbolismo vivido no tempo atual. Na época em que sujeitos negros eram escravizados, uma mordaça era posta para castigos vis: para prevenir que os negros comessem mais do que os restos destinados, para que não cantassem e a celebração não ocorresse, para que escravizados ditos rebeldes não compartilhassem ideais de fuga ou histórias vivenciadas quando a condição de escravizados não era perene... para silenciar, em suma.

Quando discorremos sobre o simbolismo vivido na atualidade, compreendemos que foram criadas formas mais sofisticadas de silenciamento sem fazer uso físico da mordaça. No caso de nossa experiência vivenciada com imigrantes haitianos, a mordaça simbólica está presente quando, para acessar direitos fundamentais no Brasil, solicita-se que tudo seja verbalizado em português brasileiro; solicitação observada igualmente nas experiências que tivemos em campo, nos momentos em que, na tentativa de explicar ao colega que havia acabado de chegar ao estado e não falava português, um migrante mais versado fizesse a tradução da explicação para crioulo haitiano para facilitar. Tal solicitação foi por nós observada mesmo em momentos de descontração entre os sujeitos oriundos do Haiti, mediante o pedido que pode ser compreendido como o silenciamento não só de uma cultura, mas também como a exigência de renúncia a ela com a finalidade de, todavia supostamente, entrar na cultura ofertada, ainda que pela porta dos fundos.

Mas, quais sofrimentos podem advir da tentativa de renunciar a uma parte de si como tentativa de ser inserido na cultura “ofertada”? Chamemos mais uma vez Souza (2021) para a conversa, que compartilha conosco um pouco de sua pesquisa sobre as cenas que emergem das entrevistas. Narra que, ao entrevistar um dos participantes, um sujeito negro, este verbaliza que intuía precisar *perder a cor* para ser aceito em seu ambiente de trabalho, visto que sentia que só era aceito sem cor. A autora, por sua vez, discorre que “perder a cor significa para o indivíduo uma sujeição completa ao imperativo racista” (Souza, 2021, p. 38). A reflexão sobre essa passagem também emergiu na nossa vivência como psicólogas no contexto das migrações à medida em que observávamos as movimentações de exigências, de silenciamentos, estes que talvez possam nem ter sido observados pelos sujeitos que os imputaram.

É notável, diante disso, realçar que mesmo o sofrimento de sujeitos negros brasileiros, que surge em contextos racistas, é dificilmente acolhido no campo da psicologia. E quanto a esse tema, acolhemos a observação de Faustino (2019, p. 93) de que se “os dispositivos de cuidado, em suas mais diversas abordagens, não estão atentos a essa realidade, correm o risco de configurar-se, tanto pela ação quanto pela omissão, em uma segunda experiência de violência e negação”. Afinal, foi a partir de tais silenciamentos que aprendemos nas graduações de humanas a acolher sujeitos racializados, visto

que temos acesso a escritores eurocêntricos e, conforme assinala Veiga (2018), a psicologia é branca. Fato importante é demarcar tal ciência como branca para compreender a necessidade de enegrecê-la, migrá-la. Haitianizá-la inclusive.

Necessário demarcar que, em campo, não sentíamos que imigrantes se deixassem perder a cor e a cultura, mas sim, em contrário, faziam movimentos próprios frente a tais solicitações que fincavam tanto sua cor, quanto de onde vinham. Testemunha disso era a solicitação inicialmente efetiva de que não falassem em crioulo haitiano, por exemplo. Mas, esse silenciamento nunca era total, dado que entre pares e em alguns momentos persistia a sua língua de origem. Assim, pode-se argumentar, havia tanto um movimento de facilitar a compreensão da língua ofertada, como também de demonstrar que não era possível calar uma língua.

Outro exemplo que ficou marcado em nós foi um convite recebido por um rapaz haitiano para compor uma reunião a fim de pensar em direitos de imigrantes. Ao chegar ao local, notamos que todas as pessoas brasileiras convidadas eram negras e se mostraram adeptas a conhecer a língua de crioulo-haitiano. Notável perceber que tinham ficado de fora os sujeitos brancos que impunham obrigatoriedades em momentos similares ao vivido neste dia, que buscavam, como observamos em outras oportunidades, protagonizar tais reuniões e movimentos.

Portanto, pode-se sustentar que escutar narrativas de sujeitos histórica e cotidianamente oprimidos sem ampliar olhares e sem adotar uma posição reflexiva acerca do lugar em que você, o ouvinte, se encontra, favorece a manutenção da ideia vertical de lugares, onde há o sujeito que acolhe e o outro a ser acolhido. E, quanto a isso, ressoa precisamente o que é apontado por tantos autores cujo resumo encontramos na escrita de Silveira e Vieira (2005, p. 94): o “acolhimento, enquanto agir, pode atravessar os processos relacionais em saúde, rompendo com os atendimentos tecnocráticos e criando atendimentos mais humanizados. Este é o deslocamento fundamental operado pela noção de acolhimento”.

Considerações Finais

A reflexão constante sobre a posição singular ocupada pelas autoras no processo diaspórico e a inquietação diante das construções na formação acadêmica em psicologia, vividas por cada uma, permitiu importantes deslocamentos em sentido da dessensibilização da escuta em relação aos diversos ditos e não-ditos vividos no percurso do trabalho com o campo das migrações. Do ponto de vista social, suscitou pensar sobre quantos silenciamentos se fazem necessários para a constituição de existências não convencionais ao que a sociedade entende para além de pessoas com direitos garantidos – aqui mostrando às psicólogas que haitianos não carecem de nenhum e necessitam pautar sua sobrevivência e existência à margem.

A escuta de demandas pautadas no que não se formula de forma explícita torna imperioso o exercício de fugir de lógicas assentadas em conceitos verticalizados, que determinam lugares estruturais, como os pares constituídos por *o objeto de estudo e o pesquisador, o que acolhe e o que busca acolhimento, o psicólogo e os pacientes*, que limitam a produção de sentidos e instituem posições únicas para aqueles que são considerados os objetos. Além disso, identificou-se, na experiência abordada, a necessidade de compreender como se dá o percurso migratório do ponto de vista social, considerando que o movimento migratório dos sujeitos haitianos carrega sentidos de existências, formas de subjetivação e experiências alteritárias diferentes das vivenciadas no Brasil; a não abertura efetiva para o acolher abre espaço para violências sociais impostas aos sujeitos de pele preta.

Defender uma escuta dos movimentos sutis é também questionar as bases da psicologia a fim não de romper com o que a constitui enquanto ciência, mas de construir caminhos mais condizentes com as demandas humanas e com o compromisso ético-político da profissão. Sustenta-se, a partir dessa experiência, que os desafios impostos requerem a busca por superar modelos tecnicistas e pouco articulados que desconsideram os sujeitos enlaçados. Dizer que a psicologia é branca e que a grande maioria dos autores lidos é branca retira o véu da neutralidade, pois não há neutralidade quando só há uma forma de ver o mundo.

Para deixar pistas de acolhimento a imigrantes haitianos e outros sujeitos marginalizados, há de se descortinar tais movimentos estruturais não ditos, não problematizados e por isso perpetuados. A nossa escuta se tornou possível quando nos mostramos abertas para aprender sobre a cultura dos que compartilhavam tal espaço conosco, ouvir experiências e aprender palavras que inexistem em português brasileiro, existindo e criando cenários a partir do vivido por eles em crioulo-haitiano, sua língua de origem. Ainda, se tornou possível quando nos debruçamos a escritos que fizessem pontes para a compreensão de suas vivências e retirassem os haitianos do lugar de animalização ao qual sujeitos negros estão em estudos eurocêntricos, mesmo que essa animalização esteja posta de forma sutil.

Por fim, foi e é importante o conhecimento de autores negros, indígenas, indianos, de outras etnias, ou seja, não brancos, porque só o compartilhamento da nossa pele e a vivência diaspórica não basta; há de se debruçar sobre nossas aproximações teóricas e igualmente sobre as diferenças. Há de se olhar atentamente para os caminhos possíveis dentro de onde escolhemos caminhar, a psicologia, viabilizando acolhimento e escutas sensíveis e possíveis.

Referências Bibliográficas

Ballestrin, L. (2013). América latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117.

- Barroso, A. J. F., Dias, W. N., & Fernandes, E. G. (2021). O sorriso é a única língua que todos entendem? Problematizações acerca do acolhimento a imigrantes haitianos. In E. G. Fernandes, F. R. Lopes, & L. G. Silva (Orgs.), *Insurgências amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia* (pp. 17-32). Coleção Pós-Graduação da UNIR – EDUFRO.
- Bleichmar, S. (2005). Conceptualización de catástrofe social. Límites y encrucijadas. In D. Waisbrot et al. (Orgs.), *Clinica psicoanalitica ante las catástrofes sociales: la experiencia argentina* (pp. 35-51). Paidós.
- Cividini, F. R. (2018). *Migrantes haitianos no Brasil (2010-2017): tensões e fronteiras*. (Dissertação de Mestrado). Foz do Iguaçu.
- Claro, C. A. B. (2020). Do estatuto do estrangeiro à lei de migração: avanços e expectativas. *Boletim de Economia e Política Internacional: BEPI*, 26, 41-53.
- Coelho Junior, N. E. (2007). Ética e técnica em psicologia: Narciso e o avesso do espelho. *Revista do Departamento de Psicologia*, 19(2), 477-500.
- Cogo, D. (2014). Haitianos no Brasil: comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. *Tema Central*, Chasqui, 125.
- Cotinguiba, G. C. (2014). *Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho.
- Cotinguiba, G. C. (2019). *Aletranje – a pertinência da família na ampliação do espaço social transnacional haitiano: o Brasil como uma nova baz*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho.
- Daltro, M. R., & Faria, A. A. (2019). Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 223-237. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100013&lng=pt&tlng=pt
- Estado de Minas. (2023, 06 de junho). Terremoto deixa três mortos e mais de vinte feridos no Haiti. *Estado de Minas*. https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/06/06/interna_internacional,1503727/terremoto-deixa-tres-mortos-e-mais-de-vinte-feridos-no-haiti.shtml
- Figueiredo, E. (2006). O Haiti: história, literatura, cultura. *Revista Brasileira do Caribe*, VI(12), 371-395. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=159114589004>
- Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cad. psicanal.*, 34(27), 193-210.
- Joseph, H. (2015). Diáspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. *Horizontes Antropológicos*, 21(43), 51-78.
- Joseph, H. (2017). A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. *Périplos: Revista de estudos sobre migrações*, 1(1).
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*. Editora Cobogó.
- Lôbo, J. A. (2017). *Racismo e patriarcado como sistema internacional: uma análise antropológica das relações Brasil-Haiti*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu. <http://dspace.unila.edu.br/123456789/3357>
- Loudor, W. E. (2013). Uma história paradoxal. In A. Santiago (Org.), *Haiti por si: a reconquista da independência roubada* (pp. 12-31). Expressão Gráfica e Editora.
- Machado, G. S., Barros, A. F. O., & Martins Borges, L. (2019). A escuta psicológica como ferramenta de integração: práticas clínicas e sociais em um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes em Santa Catarina.

REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 27(55), 79-96. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005506>

Martins-Borges, L., Jibrin, M., & Barros, A. F. O. (2015). Clínica intercultural: a escuta da diferença. *Contextos Clínicos*, 8(2), 186-192. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2015.82.07>

Martins Borges, L., & Poocreau, J.-B. (2012). Serviço de atendimento psicológico especializado aos imigrantes e refugiados: interface entre o social, a saúde e a clínica. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(4), 577-585. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000400012>

Mussi, R. F. F., Flores, F. F., & Almeida, C. B. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista Práxis Educacional*, 17(48), 60-77. <https://doi.org/10.22481/praxedu.v17i48.9010>

Nogueira, I. B. (2017). Cor e inconsciente. In N. M. Kon, C. C. Abud, & M. L. Silva (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 121-126). Perspectiva, 2017.

Patto, M. H. S., & Frayne-Pereira, J. A. (2007). *Pensamento cruel: humanidades e ciências humanas: há lugar para a psicologia?* Casa do Psicólogo.

Portal G1. (2021, 19 de agosto). Número de mortos por terremoto no Haiti passa de 2.100; país registra novo abalo. Portal G1. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/19/numero-de-mortos-por-terremoto-no-haiti-passa-de-2100-pais-registra-novo-abalo.ghtml>

Rosa, M. D. (2015). *Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento* (Tese de Livre-Docência). São Paulo.

Rosa, M. D., Berta, S. L., Carignato, T. T., & Alencar, S. (2009). A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 12(3), 497-511. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000300006>

Scaramal, E. d. (2006). *Haiti: a fenomenologia de uma barbárie*. Goiânia: Cânone Editorial.

Seguy, F. (2015). Racismo e desumanização no Haiti. *Educere et Educare: Revista de Educação*, 10(20), 521-536. <https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/12594/9008>

Silva, S. A. (2017). Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), 99-117. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0009>

Silveira, D. P., & Vieira, A. L. S. (2005). Reflexões sobre a ética do cuidado em saúde: desafios para a atenção psicossocial no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 5(1), 94-100.

Souza, N. Santos (2021). *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Zahar.

Staudt, T. (2018). *Sou diáspora: identidade e mobilidade nas memórias de haitianos no Brasil*. Universidade Federal da Fronteira Sul.

Veiga, L. M. (2015). *O analista está presente: a arte da performance de Marina Abramovic e a clínica*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. 2015_d_Lucas.pdf (uff.br)

Veiga, L. M. (2018). Qual a cor da Psicologia no Brasil? *Jornal do Brasil*, 9 set. Opinião, p. 9. Qual a cor da Psicologia no Brasil? (jb.com.br)